

# ESTRUTURA! AGÊNCIA! AÇÃO!¹

*Ana Maria Alves Carneiro da Silva*

**RESUMO:** No texto, procuro fazer um exercício teórico em torno de algumas concepções sobre a agência humana, relacionando-as à discussão da relação entre ação e estrutura. Para isso, utilizo o esquema que Jeffrey Alexander (1987) traça para compreender o movimento da teoria sociológica neste século. Num primeiro momento, discuto as concepções de Althusser, E.P Thompson e Giddens para, num segundo momento, aproximá-las das concepções de "teóricos leigos", utilizando-me dos personagens dos filmes *Advogado do Diabo* e *Teoria da Conspiração*. Dessa forma, seguindo o exercício teórico, utilizo objetos cinematográficos como uma ferramenta didática na compreensão e discussão de teorias sociológicas.

**UNITERMOS:** Teoria sociológica, agência humana, relação entre ação e estrutura, filmes cinematográficos.

## INTRODUÇÃO

*“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos.”*

Marx, 1968, p.15.

A agência humana é um dos temas constitutivos das ciências sociais, entendida aqui, de forma ampla, como a capacidade dos agentes para a ação

---

¹ Agradeço a leitura e os comentários do prof. Sérgio Silva e do prof. Josué Pereira da Silva e dos colegas Claudete G. Soares e Wilson Fusco.

e a consciência que o agente possui sobre, e para, a ação. Todas as escolas e tradições passaram e passam, necessariamente, por ela, teorizando-a de alguma forma, nem que seja para negar-lhe qualquer traço de autonomia. Sua concepção está intimamente relacionada com uma outra discussão teórica, a da relação entre ação e estrutura<sup>2</sup>, pois a conceitualização da agência depende de se a ênfase é dada mais para um ou outro lado.

Desde a famosa e histórica frase de Marx, presente no 18 Brumário, a discussão dessa relação vem movendo céus e terra nas ciências sociais, sendo mesmo possível traçar, a partir dela, o movimento da teoria sociológica neste século. De acordo com o esquema de Jeffrey Alexander (1987), na era funcionalista, Parsons tentou discutir a relação de forma integrada, juntando a discussão sobre a ação e a estrutura. Entretanto, a ênfase recaiu muito mais sobre a estrutura, inviabilizando a articulação dos dois lados da relação. Como consequência, os teóricos da década seguinte, pós-funcionalista, procuraram trabalhar apenas um dos lados da relação, negligenciando o outro, em soluções por vezes ortodoxas. Recentemente, porém, no Novo Movimento Teórico, anunciado por Alexander, a discussão voltou a articular os dois termos da relação, a partir da revisão das posições ortodoxas e de tentativas explícitas de síntese.

Neste texto, farei um exercício teórico em torno da noção de agência humana, tentando discutir também o próprio exercício de se construir teoria. Para isso, dividirei o exercício em duas partes. Em primeiro lugar, sistematizarei as concepções de agência de alguns autores das duas últimas fases do movimento da ciência social, conforme descritas por Alexander: Louis Althusser e E. P. Thompson, num momento, e Anthony Giddens, em outro. Nesse sentido, as exposições das teorias não pretendem ser exaustivas.

Em segundo lugar, tentarei apreender algumas concepções de agência elaboradas e utilizadas por agentes situados, aproximando-as das

---

<sup>2</sup> A discussão dessas duas dimensões envolve outros conceitos também como, por um lado, indivíduo e processos e, por outro lado, sociedade, sistema e função, que não serão tratados aqui.

concepções sistematizadas. Assim, tentarei perceber como os próprios homens e mulheres, além de servirem de inspiração para os especialistas elaborarem tais idéias, utilizam determinadas concepções tácitas sobre a agência no seu dia-a-dia. Para isso, utilizei os personagens de dois filmes norte-americanos: *Advogado do Diabo* e *Teoria da Conspiração*, um tipo de material não muito usual nas ciências sociais.

Utilizarei os filmes como documentos, na medida em que os personagens representam o que os autores, diretores e artistas pensam sobre personagens reais de uma determinada época, seguindo a dinâmica própria do cinema. Dessa forma, para a continuação do exercício teórico, farei uso de objetos cinematográficos como uma ferramenta didática útil na compreensão e discussão de teorias sociológicas. Além do prazer cinematográfico, para a melhor compreensão dessa seção do texto, aconselho aos leitores verem os filmes que utilizei.

## 1. A GRANDE DIVISÃO E A CRÍTICA DE THOMPSON A ALTHUSSER

*“(...) segundo uma visão (partilhada pela maioria dos historiadores marxistas) as classes surgem porque homens e mulheres, em relações produtivas determinadas, identificam seus interesses antagônicos e passam a lutar, a pensar e a valorar em termos de classe: assim o processo de formação de classe é um processo de autoconfeção, embora sob condições que são ‘dadas’. Mas essa visão é intolerável para Althusser, já que devolveria um sujeito ao processo, pois este seria então visto como o processo no qual homens e mulheres (por mais frustrados e por mais limitada que seja sua margem de agência) continuam agentes.”*

Thompson, 1981, p.121.

Segundo Alexander (1987), o desenvolvimento da ciência social, dentro de escolas e tradições, lembra mais o movimento de idas e vindas de uma conversa do que o de uma demonstração racional, mais o movimento de um pêndulo do que o curso de um trem em linha reta. Em seu

raciocínio, os dois pólos, entre os quais oscila o pêndulo do fluxo do movimento teórico, são a ação e a estrutura. Em alguns momentos, o pêndulo tende mais para um dos lados, em outros tenta permanecer num difícil equilíbrio dinâmico no centro. Seu texto divide o desenvolvimento da ciência social neste século em três fases:

- 1) uma perspectiva de suposta síntese da ação/estrutura;
- 2) duas perspectivas opostas: uma de microteorização, enfatizando o caráter da negociação individual e outra de macroteorização, enfatizando o papel das estruturas coercitivas sobre o comportamento do indivíduo;
- 3) crise das perspectivas anteriores e nova busca de síntese, agora deliberadamente procurando escapar à unilateralidade através da articulação da ação/estrutura.

Na primeira fase, Parsons teria tentado integrar os dois lados da relação, mas não teria tido sucesso porque “apesar de reconhecer o caráter contingente da ação, ele estava mais interessado na socialização dos indivíduos; apesar de formalmente incorporar as estruturas materiais, ele se dedicou muito mais à teorização do controle normativo.” (id. *ibid*, p.12). Apesar de Parsons ter-se dedicado inicialmente a construir uma teoria da ação, acabou optando pelo sistema social e pela estrutura, negligenciando a ação.

Na segunda fase, após a 2ª Guerra Mundial, como reação às promessas, não cumpridas, de Parsons, surgiram duas grandes perspectivas rivais, dedicadas a construir teorias da ação e teorias estruturalistas, configurando a “grande divisão”. As teorias da ação fizeram ressurgir a microteorização a partir de reformulações do pensamento pragmático e fenomenológico, numa forma majoritariamente empírica, fazendo estudos inovadores sobre desvio, comportamento coletivo e papéis sociais. Os principais representantes dessa corrente foram George Homans, com a Teoria das Trocas; Herbert Blumer e Erving Goffman, com o Interacionismo simbólico e Harold Garfinkel, com a Etnometodologia.

Segundo Alexander, estes autores podem ser classificados juntos e opostos aos autores da perspectiva de macroteorização, porque

responderam de forma semelhante aos dois pressupostos de qualquer teoria: a natureza da ação e o problema da ordem, isto é, como os padrões sociais são construídos. Para Alexander, a procura dos padrões está na constituição da Sociologia: “Os sociólogos são sociólogos porque acreditam que a sociedade têm padrões, estruturas de alguma maneira diferentes dos atores que a compõem.” (id. *ibid*, p. 14). Para os autores da microteorização, a natureza da ação humana é racional e todos compartilham uma posição individualista quanto ao problema da ordem. Os padrões são resultados da negociação individual, “as estruturas não só são ‘portadas’ pelos indivíduos, mas na realidade produzidas pelos portadores no curso de suas interações individuais” (id. *ibid*, p.14). Assim, a agência humana não só reproduz as “estruturas”, mas também as produz nas suas atividades cotidianas.

Posição bem diferente vai unir o outro lado da “história”, ou seja, os partidários das teorias estruturalistas, que produziram obras significativas nos campos da estratificação, modernização e mudança social. Eles optaram por uma posição coletivista quanto ao problema da ordem por acreditarem que “cada ator individual é empurrado na direção da estrutura preexistente” (id. *ibid*, p.14), apesar de considerarem que a natureza da ação também é racional. A ênfase desses autores encontra-se no papel coercitivo das estruturas na determinação do comportamento individual e coletivo. Os principais responsáveis pelo ressurgimento da macroteorização foram as teorias do conflito de Ralf Dahrendorf e John Rex; o marxismo estruturalista de Althusser e seguidores e a teoria marxista de influência weberiana de Claus Offe e James O’Connor<sup>3</sup>.

### **A peleja do jogador: ele joga ou é jogado?**

Apresentadas as duas perspectivas em linhas gerais, gostaria de depurar os conceitos de agência de cada uma, convocando para virem lutar

---

<sup>3</sup> Alexander também cita as obras de Barrington Moore, Theda Skocpol, Erik Olin Wright, Don Treiman e Stanley Lieberman.

no ringue de nosso texto dois rivais que se dizem ambos marxistas, mas que possuem concepções contrárias a respeito da agência humana, qual sejam, E. P. Thompson e Althusser. Na verdade – e desde já advirto meu leitor de minha parcialidade – será uma luta injusta, pois só darei a palavra a Thompson, utilizando sua crítica a Althusser. Este último escreve a partir de uma posição marxista estruturalista ortodoxa, em que inexistem sujeitos. Por isso, escolhi deixá-lo amarrado no canto do ringue para poder apreciar a posição de Thompson, que também dentro do marxismo, teoriza sobre a história como processo e sobre os sujeitos nela implicados.

Conta Thompson que, depois de anos de trabalho árduo do materialismo histórico, apareceu Althusser fazendo uma revelação aterradora se lembramos a epígrafe de Marx: os homens nunca fizeram sua história e a empresa do materialismo histórico é vã, porque a história é incognoscível (Thompson, 1981, p.10). Nesse ponto, Thompson e Althusser estão em conflito aberto. Thompson resolve criticar esse tipo de pensamento, mostrando, entre outras coisas, que a base desse erro de Althusser é a relação que estabelece entre teoria/conhecimento e realidade. Para tal, procura mostrar que os homens são sujeitos, através do conceito de experiência, e que a história é cognoscível.

Segundo Thompson, Althusser pensa os homens como “agentes da produção”, figuras que ocupam lugares e funções determinados pela estrutura das relações de produção (e as relações políticas, sociais e ideológicas). Os homens não passariam de ocupantes desses lugares, sendo *Trager*, ou seja, suporte das relações sociais, meros instrumentos de estruturas coercitivas. Assim, o capitalista seria um funcionário do capital, fazendo submissamente tudo aquilo que fosse determinado pelo seu patrão. Se fosse possível imaginar “sujeitos” dentro do seu esquema, estes seriam não os indivíduos concretos, mas as relações de produção, que “executam” a definição e distribuição desses lugares e funções (id. *ibid*, p.164).

Para Althusser, a própria noção de história seria uma noção da ideologia burguesa, elaborada para enganar as pessoas e induzi-las a pensar

que são agentes. Thompson rebate imediatamente essa idéia, dizendo que foi Althusser quem requentou os conceitos burgueses, como, por exemplo, o conceito dos homens como *Träger*, que estava no centro da Economia Política burguesa vulgarizada (id. ibid). Além disso, o estruturalismo de Althusser possuía raízes na experiência histórica, no sentido de que havia uma predisposição ideológica que permitiu a adoção da linguagem estruturalista, como em outros momentos houve a mesma predisposição para com o evolucionismo e o voluntarismo.

Discutindo as influências do vocabulário do senso comum da Guerra Fria no pensamento de Althusser – um golpe mortal na crença althusseriana do conhecimento a-histórico – Thompson “larga” por instantes a discussão teórica, conferindo contextos e materialidade às estruturas, parecendo, dessa forma, ter entrado no jogo do oponente. Afirma:

“No Ocidente, nossas cabeças foram projetadas contra o pára-brisa da sociedade capitalista; e esse pára-brisa foi sentido como – **uma estrutura**. A ‘história’, tão maleável à vontade heróica em 1943 e 1944, pareceu cristalizar-se de repente em duas monstruosas estruturas antagônicas, cada uma das quais só permitia uma margem mínima de movimento dentro de seu âmbito de operação.” (id. ibid, p. 85-6) (grifo do autor).

Mas, logo Thompson percebe a reificação que cometeu e desculpa-se:

“Ou pelo menos assim **pareceu** – pois notem, por favor, ao avançar no sentido de nossa época atual, já recaí, como que involuntariamente, no vocabulário do estruturalismo, e reifiquei um processo que, embora confusamente, foi ainda o resultado de escolhas e lutas humanas.” (id. ibid, p.86) (grifo do autor).

Ao raciocínio de Althusser, Thompson opõe o conceito de história como processo, o que levanta questões de inteligibilidade e intenção dos agentes. Apesar de cada evento histórico ser único, quando se analisam

alguns eventos, mesmo separados no tempo e espaço, e tenta-se estabelecer relações entre eles, é possível apreender regularidades de processo (id. *ibid*, p.97-8). Para evitar possíveis mal entendidos, Thompson esclarece que o materialismo histórico busca as regularidades de processo não como se elas fossem produtos de leis históricas, mas como pressões modeladoras e diretivas da prática humana. O primeiro raciocínio está mais de acordo com o esquema de Althusser, para o qual a história humana apenas “ilustraria” as leis estabelecidas pela teoria.

Essas pressões modeladoras são as “estruturas”, entendidas como “regras visíveis e invisíveis, que proíbem tal ato e atribuem uma significação simbólica especial àquele outro.” (id. *ibid*, p.169). Toda a vida social se processa dentro dessas estruturas, que são bem diferentes da estrutura de Althusser.

Para clarificar essa noção, Thompson usa a analogia da sociedade como um jogo, que gostaria de ampliar aqui, imaginando um jogo de futebol<sup>4</sup>. O jogo, segundo Thompson, possui determinadas regras, dentro das quais, e a partir das quais, ele é possível. Dessa forma, tais regras “estruturam” o jogo, proibindo determinado ato, como por exemplo, jogar com a mão, e atribuindo um significado especial a outro ato, como por exemplo, fazer gol. Mas tais regras não existem independentemente do jogo e não determinam exatamente o comportamento dos jogadores durante a partida. Para Thompson, **os jogadores jogam**, ou seja, eles “portam” as regras para poderem jogar, trazem as regras consigo, mas têm a liberdade de decidir os lances. O jogo é produzido em conjunto pelos jogadores que não deixam de estar situados em determinada posição tática, em um determinado time e campeonato, ou, em termos marxistas, em

---

<sup>4</sup>Falando em utilizar o futebol para pensar a sociedade, sugiro ao leitor a leitura do texto “O Futebol: crítica da economia política” de Renato Pompeu (1978), seguindo a sugestão de Sérgio Silva. Neste romance, Pompeu, satirizando o estilo althusseriano, propõe uma teoria para explicar a totalidade do mundo através do futebol, assim como Marx propôs explicar a totalidade do mundo através da mercadoria.

determinadas relações de produção, em determinada classe e em determinada formação social<sup>5</sup>. Dessa forma, o jogador é o portador do jogo, um elemento dentro da estrutura.

Já o jogo, segundo Althusser, é completamente diferente. Existe uma organização externa ao jogo propriamente dito, ou seja, os cartolas, os patrocinadores, o treinador, os treinos, as torcidas. Esta organização fora do jogo, na verdade, determina o jogo, no momento em que decide os lugares e funções dos jogadores. Dessa forma, **o jogador não joga, ele “é jogado”**. Gamarra não seria verdadeiramente um zagueiro, mas um mero ocupante da posição de zagueiro. Seguindo esse raciocínio, seria a mesma coisa se o ocupante fosse o Gamarra ou o Júnior Baiano, ou seja, não importaria o indivíduo, pois esse não teria a mínima liberdade de decidir os lances. Da mesma forma, um goleiro não poderia fazer gol, pois isto não está previsto nas estruturas.

Em resumo, as regras jogam os jogadores, que são apenas portadores das regras que foram estabelecidas pelas relações de produção. Os verdadeiros “sujeitos” são essas relações que produzem as regras, determinando as posições do jogador em campo e o que ele deve fazer ou não. Os seres humanos não são agentes conscientes, mas esteios de modos de produção.

Thompson desenvolve uma maneira de relacionar a ação à estrutura. A conexão é o conceito de experiência, inovação de Thompson ao marxismo: “o termo que falta”. Afirma:

“O que descobrimos (em minha opinião) está num termo que falta: ‘experiência humana’. É esse, exatamente, o termo que Althusser e seus seguidores desejam expulsar, sob injúrias, do clube do pensamento, como o nome de ‘empirismo’. Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro

---

<sup>5</sup> A metáfora do jogo de futebol ajuda a pensar neste caso, mas tem o inconveniente de pressupor, entre outras simplificações, que os dois times estejam em condições de igualdade, o que não corresponde a idéia de classes sociais.

deste termo – não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa **consciência** e sua **cultura** (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, ‘relativamente autônomas’) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.” (*id. ibid*, p. 182) (*grifo do autor*).

Para Thompson, a agência humana é eficaz, homens e mulheres são sujeitos de sua própria história, mas essa agência não está livre de pressões ulteriores determinadas (*id. ibid*, p.179). Os homens e mulheres seguem sua vida material “em suas relações determinadas [em termos de classes e dentro de formações sociais particulares], em sua experiência dessas relações e em sua autoconsciência dessa experiência” (*id. ibid*, p.111). Além de simplesmente viverem e experimentarem essas relações, os homens têm consciência delas, mesmo que de forma limitada.

Voltando à metáfora do futebol, para Thompson, os jogadores têm uma determinada experiência desse jogo e têm uma autoconsciência dessa experiência. Além de simplesmente jogarem, experimentarem o jogo, os jogadores têm consciência dele, mesmo que de forma limitada, pois no correr do jogo não é possível ter uma visão global, não é possível ver alguns lances estando numa determinada parte do campo. A partir dessa consciência que têm do jogo, podem tratar essa experiência e cultura de formas complexas e agir sobre sua situação determinada. Assim, os jogadores atuam deliberada e conscientemente, mas sem prever ou controlar as conseqüências do que fazem, o que faz do futebol uma caixinha de surpresas.

Conforme enunciei anteriormente, o primeiro debate sobre a natureza do sujeito está relacionado ao segundo sobre a natureza do conhecimento. As concepções sobre a agência humana estão intimamente ligadas às concepções sobre o sujeito conhecedor. Já podemos imaginar que

Thompson e Althusser terão concepções opostas nos dois casos. Da mesma forma como Althusser não concebe os homens na história, negando-lhe qualquer agência na produção da mesma, assim também Althusser conceitua o sujeito do conhecimento, sendo por isso criticado também por Caio Prado Júnior (1971, p. 78):

“De fato, o indivíduo pensante (‘o sujeito psicológico’) aparece aí como instrumento – Althusser usa o termo ‘agente’, mas é um agente simplesmente transmissor de algo que o transcende, mero instrumento portanto, ou contudo, se preferirem – de um ‘aparelho de pensamento’ exterior a êle (...)”

Já para Thompson, os sujeitos conhecedores, bem como os sujeitos na história, pensam, vivem suas experiências e atuam sobre elas.

Thompson, entretanto, não se dedica a dissecar o que entende por experiência, conceituando-a ora como a influência do ser social sobre a consciência social (Thompson, 1981, p.12), ora como conhecimento prático, “a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento” (id. *ibid*, p.15).

Como a agência, a experiência é válida e efetiva dentro de determinados limites, no sentido em que o agricultor “conhece” suas estações, mas permanece mistificado em relação à monarquia. Aqui gostaria de fazer uma breve indicação de crítica a Thompson, para diminuir levemente a “injustiça” que cometi com Althusser.

Thompson foi objeto de uma batalha semelhante a que travou com Althusser por parte de Perry Anderson. Segundo Giddens, recuperando argumentos de Perry Anderson, Thompson se detém excessivamente em acentuar o significado da agência humana no fazer da história, mas não especifica o que é a agência. Ou ainda, apoia-se numa concepção intuitiva, não teorizada do que seja o agente, como se fosse algo por si mesmo evidente. E o termo experiência não ajuda muito, pois é um termo de

natureza ambígua, usado pelo empirismo, por exemplo, como registro passivo dos eventos do mundo. Decididamente não é a isso que Thompson se refere (Giddens, 1989, p. 178).

Outra crítica de Anderson é semelhante a esta: em nenhuma obra, mesmo em *A formação da classe operária inglesa*, Thompson se dedica a dissecar as relações entre ação e estrutura. Apesar dos inúmeros exemplos históricos, Thompson não relaciona devidamente a formação subjetiva da cultura de classe emergente com os processos mais amplos do advento do capitalismo industrial. Este último aparece apenas como pano de fundo no livro (Giddens, *ibid*, p. 178).

O leitor atento, que obviamente não se deixou conduzir por minha argumentação, terá notado que não fui completamente fiel à minha promessa de apresentar exemplos de concepções de agência das duas perspectivas micro e macro da segunda fase do esquema micro/macro de Alexander. No decorrer do texto, acabei mostrando que Thompson não pode ser classificado exatamente na perspectiva da ação. Segundo Alexander, ele é um dos expoentes do discurso crítico contra o marxismo estrutural na Europa, e sua crítica ao althusserianismo se dá “em nome de uma teoria crítica voluntarista e culturalmente centrada” (Alexander, 1987, p.22). Portanto, Thompson estaria já na terceira fase de revisionismo e síntese, sendo um precursor do renascimento dos estudos culturais.

## 2. A BUSCA DA SÍNTESE E A TEORIA DA ESTRUTURAÇÃO DE GIDDENS

*“Cada investigação realizada nas ciências sociais ou na história está envolvida em relacionar a ação à estrutura, em traçar, explicitamente ou não, a conjunção ou as disjunções de conseqüências premeditadas ou impremeditadas da atividade, e em verificar como elas afetam o destino dos indivíduos. Nenhum malabarismo teórico com conceitos abstratos poderá substituir o estudo direto de tais problemas nos contextos reais de interação.”*  
(Giddens, 1989, p. 178).

Voltemos ao esquema de Alexander. Na década de 80, a criatividade que inspirou trabalhos de fôlego nas duas grandes perspectivas rivais esvaiu-se, remetendo a sociologia a uma crise sem antecedentes. Diante disso, autores dos dois lados buscaram revisar seus conceitos tentando escapar à unilateralidade.

Por exemplo, Goffman, um importante nome da tradição micro, deu uma verdadeira guinada em relação a questões estruturalistas e culturais. Goffman apresentou em 1959 seu primeiro e mais famoso livro, *A representação do Eu na vida cotidiana*, como uma espécie de manual que descrevia detalhadamente uma perspectiva sociológica que possibilita estudar a vida social, principalmente a que ocorre em “estabelecimentos sociais concretos”.

A perspectiva empregada era a da representação teatral, na qual ele levava em conta as estratégias criativas pelas quais o indivíduo se apresenta “a si mesmo e as suas atividades às outras pessoas, os meios pelos quais se dirige e regula a impressão que formam a seu respeito e as coisas que pode ou não fazer, enquanto realiza seu desempenho diante delas” (Goffman, 1996, p.9). Ou melhor, como os indivíduos, que compõem uma determinada equipe, definem conjuntamente uma situação para determinar a linha de ação que seguirão.

O termo “definição da situação”, fundamental na obra de Goffman, corresponde também a um conceito originalmente elaborado por William Thomas e largamente utilizado e aprimorado pelos interacionistas simbólicos nas décadas seguintes. Mas, na introdução de *Frame Analysis*, seu último livro, Goffman revê esse conceito, no sentido de torná-lo mais estruturalista:

“Presumably, a ‘definition of the situation’ is almost always to be found, but those who are in the situation ordinarily do not **create** this definition, even though their society often can be said to do so; ordinarily, all they do is to assess correctly what the situation ought to be for them and then act accordingly.”  
(Goffman, 1974, p.1-2) (grifo do autor).

Da mesma forma, outros interacionistas simbólicos esforçaram-se por sistematizar as relações entre atores e sistemas sociais. De forma semelhante aos revisionismos no Interacionismo Simbólico, no lado da tradição macro, os autores passaram a levar em conta noções de cultura e significado. Um exemplo disso foi o renascimento dos estudos culturais, sustentado pelo “interesse renovado na filosofia hermenêutica, pelo florescimento da semiótica e do estruturalismo, e pela introdução de uma versão da sociologia de Durkheim com maior ênfase no simbólico” (Alexander, 1987, p.22).

Segundo Alexander, além dos revisionismos, aparece uma geração mais jovem de sociólogos que busca escapar da unilateralidade “ação ou estrutura”, argumentando que os dois termos da relação precisam ser articulados. Estaríamos então na fase da busca das teorias de síntese, na qual os autores procuram explicitamente articular a ação à estrutura, trabalhando concomitantemente com as duas dimensões. A síntese pode ser feita de várias formas, seja no lado da estrutura como no lado da ação, seja ainda procurando um conceito que faça a fusão dos dois termos.

Alguns representantes da atual fase são Pierre Bourdieu com a noção de *habitus*; Jürgen Habermas com a Teoria Comunicativa; Anthony Giddens com a Teoria Da Estruturação e os Estudos Culturais em que Jeffrey Alexander se encaixa.

## O jogador é jogado e joga

Como na seção anterior, apresentarei um dos conceitos de agência do novo movimento teórico através da teoria elaborada por Giddens, usando seu livro *A constituição da Sociedade* (1989). Embora venha sozinho para o nosso ringue, na verdade, ele traz consigo em seu baú quase toda a herança intelectual das ciências sociais, num exercício cansativo e deliberado. Para construir sua teoria, às vezes, tira um autor do seu baú, critica-o duramente e joga-o para fora do ringue. Outras vezes, tira um autor, estende-lhe um

tapete vermelho e arma-lhe uma mesa para o chá das cinco. Para estes, Goffman especialmente, sua crítica é como uma conversa entre cavalheiros.

Para começar sua Teoria da Estruturação, Giddens remonta a uma outra grande divisão, entre o funcionalismo e a hermenêutica. Para ele, ambas as perspectivas tratam a relação entre ação e estrutura como um dualismo, ou seja, como uma relação dicotômica: micro X macro, agente humano X sociedade, sujeito X objeto. Então, propõe que a tratemos como dualidade, por entender que “a constituição de agentes e estruturas não são dois conjuntos de fenômenos dados independentemente – um dualismo —, mas representam uma dualidade” (Giddens, 1989, p. 20). A partir disso, tenta estabelecer uma ligação complexa entre a integração social<sup>6</sup> e a integração de sistema<sup>7</sup>, fundindo os dois “lados” da dualidade através do “criativo” conceito de *estruturação*. Seu ponto de partida não pode ser, como nos esquemas dualistas, o ator individual ou a totalidade, mas as práticas ordenadas no tempo-espaco, sendo que a continuidade das práticas presume monitoração reflexiva, ou seja, uma participação ativa e consciente, em diversos graus, do agente humano.

A estrutura – entendida “como conjunto de regras e recursos, recursivamente organizados” (id. *ibid.*) – encontra-se fora do espaço e tempo, mas, apesar disso, está implicada na constituição dos sistemas sociais, que compreendem as atividades localizadas dos agentes humanos. A estrutura está de certa forma presente no agente, que no seu dia-a-dia atua na produção e reprodução do sistema. Dessa forma, Giddens define a estrutura de forma diferente dos estruturalistas, especialmente quando enfatiza que ela é, ao mesmo tempo, coercitiva e facilitadora:

“A estrutura não é ‘externa’ aos indivíduos: enquanto traços mnêmicos e exemplificada em práticas sociais, é, num certo

---

<sup>6</sup> Entendida como “reciprocidade de práticas entre atores em circunstâncias de co-presença, entendida como continuidades e disjunções de encontros.” (Giddens, 1989, p. 303).

<sup>7</sup> Entendida como “reciprocidade entre atores ou coletividades no tempo-espaco ampliado, fora de condições de co-presença.” (id. *ibid.*, p. 303).

sentido, mais 'interna' do que externa às suas atividades, num sentido durkheimiano. Estrutura não deve ser equiparada a restrição, a coerção, mas é sempre, simultaneamente, restritiva e facilitadora. Isso, é claro, não impede que as propriedades estruturadas de sistemas sociais se estendam, no tempo e no espaço, para além do controle de quaisquer atores individuais." (id. *ibid*, p.20).

Sua teoria pressupõe – e é isso que nos interessa – que os agentes são cognoscitivos<sup>8</sup>. Os agentes em suas práticas são intencionais e competentes, podendo explicar parte do que fazem se interrogados – o que denomina consciência discursiva – pois possuem razões para suas atividades.

Entretanto, a maior parte do conhecimento que possuem os agentes é de natureza tácita, inerente à capacidade de prosseguir dentro das rotinas da vida social, o que denomina consciência prática. Além disso, a cognoscitividade possui limites dentro dos quais se move o agente: o inconsciente, um tipo de recordação a que o agente não tem acesso direto devido a barreiras psicológicas, e as conseqüências impremeditadas da ação. A complexidade das conseqüências impremeditadas da ação não estão ligadas, como o nome sugere, à premeditação por parte do agente, mas à deflagração de eventos distantes no tempo-espaço da ação inicial, inesperados se comparados com a intenção do agente.

Em Giddens, os agentes estão sempre situados no tempo-espaço e no plano relacional. Ele refere-se a três posicionamentos: 1) nos encontros cotidianos, 2) no ciclo vital e 3) no plano relacional (id. *ibid*, p.67-8). O primeiro posicionamento refere-se ao movimento corporal e gestual, movimento geral de seus cursos temporais cotidianos, que é elementar na estruturação de encontros. É a *durée* da experiência cotidiana, um tempo reversível. Já o segundo posicionamento refere-se ao tempo de vida do

---

<sup>8</sup> Cognoscitividade é definida como "tudo que os atores sabem (crêem) acerca das circunstâncias de sua ação e da de outros, apoiados na produção e reprodução dessa ação, incluindo tanto o conhecimento tácito quanto o discursivamente disponível." (id. *ibid*, p. 301).

indivíduo, um tempo irreversível. O terceiro tipo diz respeito ao posicionamento na *longue durée* de instituições, um tempo reversível (id. *ibid*, p.28). Os agentes posicionam-se no plano relacional através das identidades sociais (marcos no tempo-espaço virtual das estruturas) associadas a prerrogativas, coerções, punições e determinados papéis sociais. Além de estarem situados num determinado contexto, o próprio contexto é constitutivo da ação e comunicação dos agentes<sup>9</sup>.

No esquema de Giddens, um dos elos que ligam integração social e integração sistêmica é o conceito de rotinização. A rotina é fundamental no seu esquema pois une desde a parte mais profunda da consciência do agente até as instituições da sociedade. A rotina está psicologicamente ligada à minimização das fontes inconscientes de ansiedade. Através da rotinização da vida cotidiana é que se constrói a segurança ontológica, a base do *self* do agente. Assim, a rotina faz parte tanto da continuidade da personalidade do agente, quanto das instituições da sociedade, que só se constituem enquanto tais mediante sua contínua reprodução (id. *ibid*, p.48). Entretanto, grande parte das rotinas já estão constituídas para o agente, que as reproduz no seu dia-a-dia. Apesar disso, elas dependem dos agentes. Afirma Giddens (id. *ibid*, p.69):

“A rotina funda-se na tradição, costume ou hábito, mas é um grave erro supor que esses fenômenos não precisam de explicação, que são simplesmente formas repetitivas de comportamento executadas “sem pensar”. Pelo contrário, como Goffman (juntamente com a etnomedologia) ajudou a demonstrar, o caráter rotinizado da maior parte da atividade social é algo que tem que ser continuamente ‘trabalhado’ por aqueles que a alimentam em sua conduta no dia-a-dia.”

---

<sup>9</sup> Outro conceito constitutivo da Teoria da Estruturação é o de poder, pois a ação mais cotidiana envolve o poder no sentido de capacidade transformadora, que é o meio de conseguir que as coisas sejam feitas (id. *ibid*, p.231). O poder, que é exercido através dos recursos, “em sistemas sociais que desfrutam de certa continuidade no tempo e no espaço pressupõe relações regularizadas de autonomia e dependência entre atores ou coletividades em contextos de interação social.” (id. *ibid*, p.12).

Em resumo, a agência está ligada à monitoração reflexiva da ação, ou seja, os agentes monitoram reflexivamente seu comportamento, o dos outros e o cenário. Além de monitorarem seu comportamento, os agentes são intencionais e conseguem dar explicações sobre parte do que fazem, se interrogados. A participação é ativa e consciente, em diversos graus, na continuidade das práticas sociais. Mas nem sempre a ação do agente tem o resultado na direção de sua intenção, pois existem as conseqüências impremeditadas da ação, que deflagram eventos distantes no tempo-espaço.

Como no final da seção anterior, farei aqui uma breve indicação de crítica ao esquema de Giddens. Uma das grandes dificuldades de teorias de síntese está na sua operacionalização para a análise empírica. Para Giddens, dois tipos de enquadramento metodológico são possíveis. Primeiro, através da análise da conduta estratégica: a primazia é dada às consciências discursiva e prática, e às estratégias de controle dentro de limites contextuais definidos, considerando as propriedades estruturais como “dadas”. Segundo, através da análise institucional: “as propriedades estruturais são tratadas como características cronicamente reproduzidas de sistemas sociais” (id. *ibid*, p.234). Parece-me que, no entanto, Giddens puxa mais brasa para a primeira sardinha, pois as três diretrizes para a orientação global da pesquisa social dizem respeito mais a ela do que à análise institucional. Em primeiro lugar, Giddens chama a atenção para que toda pesquisa tem um aspecto necessariamente etnográfico, devendo partir do que os atores sabem sobre suas atividades (conceitos de “primeira ordem”) para construir os conceitos de “segunda ordem”. Em segundo lugar, é necessário uma sensibilidade especial às habilidades que os atores possuem para coordenar os contextos de seu comportamento cotidiano e, em terceiro lugar, uma sensibilidade à constituição espaço-temporal da vida social (id. *ibid*, p.231-3). Além disso, nos exemplos que dá, enfatiza muito mais a análise da conduta estratégica. Assim, apesar de tentar a síntese pelo meio, ela acaba saindo pelo lado da ação.

Além desse ponto frágil em seu esquema, muitos dos seus conceitos são circulares, remetendo um ao outro infinitamente. Isso acontece mais acentuadamente com os conceitos associados de estrutura, estruturas, estruturação, princípios estruturais e propriedades estruturais. Vejamos, por exemplo, o conceito de estruturação, assim resumido no glossário: “Estruturação - a **estruturação** de relações sociais ao longo do tempo e do espaço, em virtude da dualidade da estrutura.” (id. *ibid*, p. 303) (grifo meu).

### 3. OS AGENTES E AS CONCEPÇÕES DE AGÊNCIA

A continuação do exercício teórico empreendido aqui está ligada ao conceito de “dupla hermenêutica” apresentado por Giddens. Para ele, os cientistas sociais devem partir dos significados que os atores dão aos acontecimentos que vivenciam, para então construir sua metalinguagem. E há sempre oscilação entre os dois universos de significação. Afirma:

“É uma interação interpretativa mútua entre ciência social e aquelas cujas atividades constituem seu objeto de estudo – uma ‘dupla hermenêutica’. As teorias e descobertas das ciências sociais não podem ser mantidas totalmente separadas do universo de significado e ação que elas tratam. Mas, por sua parte, os atores leigos são teóricos sociais, cujas teorias ajudam a constituir as atividades e instituições que são o objeto de estudo de observadores sociais especializados ou cientistas sociais. Não existe uma clara linha divisória entre a reflexão sociológica esclarecida levada a efeito por atores leigos e as diligências similares por parte de especialistas. Não quero negar que existam linhas divisórias, mas elas são inevitavelmente vagas, e os cientistas sociais não têm um monopólio absoluto sobre as teorias inovadoras nem sobre as investigações empíricas do que estudam.” (id. *ibid*, p.XXVI).

Em resumo, os agentes no curso cotidiano da vida possuem tacitamente “teorias”, atuando a partir dos significados que atribuem, ou

que já estão atribuídos, às suas atividades. Os teóricos sociais apreendem essas “teorias” como conceitos de “primeira ordem” e a partir delas constroem conceitos de “segunda ordem”, recorrendo a teorias já existentes, entre outras coisas. A partir de então, pode haver um movimento de *feedback*, ou seja, os teóricos leigos podem fazer uso, em suas atividades cotidianas, de conceitos elaborados por especialistas, entre eles, o de agência humana.

Tentarei agora apreender os conceitos de alguns agentes para, depois, tentar aproximá-los dos conceitos levantados até aqui. Para isso, utilizarei uma espécie de documento não muito usual: dois filmes norte-americanos. A utilização de vídeos nas ciências sociais não é muito comum, no sentido de entendê-los como documentos tão ricos e significativos como outros documentos “clássicos”, tais como romances, pinturas, cartas, fotografias, diários, jornais e etc.

Gostaria de fazer breves considerações sobre este aspecto. Em primeiro lugar, é preciso fazer uma distinção nesta lista de documentos, separando os romances, pinturas e filmes, de um lado, e os demais, de outro. Os primeiros possuem um caráter fictício explícito, mesmo que se diga que foram produzidos com base em fatos reais. Eles possuem o caráter de arte, o que lhes concede uma dinâmica própria dessa esfera de conhecimento. Já as cartas, fotografias, diários e jornais não possuem o caráter fictício e pretendem-se objetivos. Mas é preciso desconfiar disso. Tais documentos serão sempre uma “versão” da realidade de acordo com os interesses e contextos em que foram produzidos, e não provas cabais de fatos históricos “verdadeiros”. Nisso aproximam-se dos primeiros no sentido em que foram produzidos deliberadamente por alguém para registrar imagens e idéias de determinada época ou para rever, a partir das idéias contemporâneas, fatos históricos do passado ou futuro.

Penso que o caráter fictício dos filmes pode ser de grande utilidade, no sentido de que poderíamos pensar os filmes como uma importante ferramenta didática no ensino das ciências sociais e adjacências. Como se trata de um recorte bem delimitado de uma realidade, podem ser usados como

“campo de prova” para o aprendizado e elaboração de teorias. Isto mostra-se ideal ao exercício que estou propondo, pois penso que há, desde o título dos filmes escolhidos, uma concepção subjacente sobre a agência humana.

Como já disse, os personagens nos filmes representam o que os autores, diretores e artistas pensam sobre personagens reais. Assim as concepções que aparecerem serão implicitamente dos indivíduos que os produziram. Considerando isto, devido aos limites do texto, não buscarei a concepção do diretor, roteirista ou editor, mas dos personagens do filme, entendendo que elas estão implícitas.

O primeiro filme escolhido foi *Advogado do Diabo*, uma produção norte-americana de 1997 dirigida por Taylor Hackford<sup>10</sup>. Como sabemos da literatura e de outros filmes semelhantes, para os indivíduos terem algum tipo de relação com o demônio é preciso uma atitude deliberada dos mesmos, uma escolha voluntária. A expressão maior disso são os famosos “pactos com o demo”, representados em muitos filmes – todos devedores do clássico *Fausto* de Goethe – entre os quais *A Encruzilhada*<sup>11</sup>, onde o desconhecido *bluesman* troca sua alma pela fama e sucesso.

Passemos ao filme<sup>12</sup>. Kevin Lomax (Keanu Reeves), filho de mãe solteira protestante, é um brilhante e vaidoso advogado do interior da Flórida que nunca perdeu um caso. No início do filme, consegue absolver um professor ginásial, acusado de assediar suas alunas, mesmo sabendo que ele era culpado. Lomax é descoberto por Milton (Al Pacino), o dono de uma grande firma internacional de advocacia de Nova York, que o convida a trabalhar para ele. Ele se muda para lá com Mary Ann (Charlize Theron),

---

<sup>10</sup> *Devil's advocate*. 145 min. Com Keanu Reeves, Al Pacino, Charlize Theron, Jeffrey Jones, Judith Ivey e Craig T. Nelson. Baseado na novela de Andrew Neiderman. Roteiro de Jonathan Lemkin e Toni Gilboy. Produção de Kopelson Entertainment. Distribuição Warner Bross em associação com Regency Enterprises. (Informações provenientes da capa da fita). Hackford também dirigiu *Marcados pelo Sangue* e *A Força do Destino*.

<sup>11</sup> *Crossroads*, 1986, EUA, 96 min. De Walter Hill. Com Ralph Macchio, Joe Seneca, Jami Gertz, Joe Morton, Robert Judd. Columbia. (fonte Guia Vídeo da Nova Cultural, ed. 1996).

<sup>12</sup> A narração dos filmes é minha e os diálogos foram transcritos das legendas das fitas.

sua esposa, e rapidamente ascende, ganhando um enorme apartamento no prédio onde só moravam acionistas da empresa. Para conseguir tal promoção, Kevin pegava casos perdidos, habilidosamente repassados por Milton, em que sabia da culpa dos acusados, mas conseguia reverter a situação, ao custo de muito trabalho, o que o leva inclusive a abandonar completamente sua mulher. Ela começa a ficar paranóica, vê demônios, que no filme são reais, e é assediada e estuprada por Milton. Sua paranóia vai aumentando até o ponto em que se mata. Nessa hora, a mãe de Kevin revela que ele é filho de Milton. Kevin desconfia que Milton é o diabo em pessoa. Num misto de assombro e remorso, diz para sua mãe: “Ele sempre esteve conosco. Agora eu sei. Observando, esperando, jogando conosco”. Kevin vai ao encontro de seu pai, que já o esperava. Passo a reproduzir trechos do diálogo entre os dois, que ocorre no fim do filme.

“ Milton – Você tem razão de uma coisa, Kevin. Eu estava observando. Não me contive. Observar, esperar... prender a respiração. Mas não sou títereiro<sup>13</sup>. Não faço as coisas acontecer. Não é assim que funciona.

Kevin – O que você fez a Mary Ann?

Milton — Livre-arbítrio. É como as asas da borboleta! Se toca, não saem do chão. Eu só preparo o palco. Você manipula suas cordas.”

Milton tenta convencê-lo de que ele foi o responsável por tudo que aconteceu, inclusive a morte de sua mulher. Kevin não concorda, dizendo que o tempo todo ele foi manipulado, pois o diabo o teria colocado numa armadilha. Mas Milton, o cenografista, insiste em dizer que não facilitou nada para seu filho, que tudo que ele conseguiu foi por seus próprios meios.

Aqui, temos duas concepções de agência em conflito. É como se Milton estivesse utilizando, na sua argumentação, a concepção de Thompson: a história é um processo resultado das escolhas humanas. A

---

<sup>13</sup> No Dicionário Aurélio, “que ou aquele que títereia”, isto é, que faz mover títeres (fantoques, marionetes).

agência humana é eficaz, e atua dentro de relações determinadas, mas não está livre de pressões ulteriores, pressões que, lembremos, não têm a força nem a lógica de leis, mas são diretivas da prática humana, como o palco montado por Milton. Apesar de ordenar todos os elementos do cenário, o palco era semelhante às regras do jogo, não tinha a força de determinar o comportamento de Kevin, mas instituía um significado especial para algumas atividades, como vencer a qualquer custo, e proibia outras, como não perder as oportunidades.

Já Kevin parece ter-se apropriado da concepção de Althusser, em que os atores são empurrados em direção à estrutura, sem grande poder de escolha. Ele seria um *Träger*, ou seja, suporte de sua própria destruição. Assim, Kevin não fez sua história, pois ela teria sido determinada segundo os desígnios de Milton, que teriam força de lei.

No filme, há uma reviravolta e as concepções de agências invertem-se. Kevin convence-se de que é realmente culpado de tudo. O diabo, muito esperto, aproveita e tenta convencê-lo de outra coisa: quer que Kevin lhe dê um filho (o anticristo) com a mulher que ele passou o filme todo cobiçando, e que, na verdade, é sua meia irmã. Para isso, Milton começa a fazer um discurso inverso ao que fez até agora, dizendo que a culpa é um saco de tijolos que ele deve largar, pois é muito pesado carregar completamente a responsabilidade de seus atos. Kevin entra no seu jogo e lembra que para a criança ser realmente o anticristo – e o diabo poder utilizá-lo na última batalha do milênio contra Deus – ele tem que ser voluntário. Se ele não escolher deliberadamente ter o filho, a criança não seria o verdadeiro anticristo. O diabo percebe que ele entendeu sua artimanha de inverter o discurso e exclama: “O livre arbítrio é uma merda”, parecendo apelar para a concepção althusseriana. Kevin então segue no jogo até que na hora “H”, pára e diz: “Você está certo. É a hora. Livre-arbítrio, certo?” e dá um tiro na cabeça destruindo todo o palco montado pelo diabo.

O filme volta no tempo. Temos, outra vez, Kevin, no tribunal, antes da defesa do professor ginasial. Ele desiste da defesa, mesmo correndo o

risco de ter destruído sua carreira. Quando tudo parece acabado, o diabo tenta-o novamente, sob a figura de uma outra pessoa, e ele, sem saber que é o mesmo, aceita. Kevin tanto acreditou e utilizou a concepção do diabo de agência que apostou todas suas fichas nela. Além de acreditar que a agência é eficaz, Kevin mostrou nos momentos finais do filme que tinha consciência de sua ação, pois percebeu que suicidando-se acabaria com os planos de seu pai-demônio, que, até ali, pareciam inevitáveis. Tal consciência era limitada, no entanto, pois, no final, a estrutura mostrou-se novamente irresistível.

Bem, meu prezado leitor deve estar me desprezando por eu ter contado o fim do filme, mas prometo não fazer o mesmo com o próximo, *Teoria da Conspiração*, dirigido por Richard Donner<sup>14</sup>. Trata-se de mais um daqueles filmes americanos que refletem a necessidade cultural de um grande inimigo ameaçando a vida dos cidadãos comuns, cujo combate é o motivo central de ação dos indivíduos e do governo. Esse inimigo teria se materializado classicamente no comunismo, mas, na sua falta, essa posição teria sido ocupada pelos extraterrestres. Neste filme, o inimigo está entre os amigos, responsáveis pela segurança e proteção. Depois destas informações de pasquim, passemos ao que interessa.

Jerry Fletcher (Mel Gibson), o protagonista do filme, é um sujeito bem estranho, que possui duas grandes ocupações na vida: vigiar e proteger Alice Sutton (Julia Roberts) e escrever teorias conspiratórias. Ele passa a vida a ler jornais, ligar eventos aparentemente sem nenhuma conexão e a escrever um jornal com todas as suas teorias, chamado criativamente de *Teoria da Conspiração*. Além disso tudo, ele é um motorista de táxi que vive a atormentar seus passageiros com suas teorias malucas. Alice Sutton é uma advogada do Ministério da Justiça, para quem Jerry conta suas teorias em

---

<sup>14</sup> *Conspiracy Theory*. EUA, 1997, 136 min. Com Mel Gibson, Julia Roberts e Patrick Stewart. Roteiro de Brian Hegelland. Produção de Silver Pictures em associação com Shuler Donner/Donner Produções. (informações da capa da fita). Donner também dirigiu *Superman - o filme* e *Máquina Mortífera* (1, 2 e 3).

primeira mão, esperando e pedindo que ela tome providências quanto a algumas delas.

No seu exercício cotidiano de enxergar “coisas” por trás dos eventos mais banais, Jerry começa a desconfiar de um acidente, uma inundação, que aconteceu em uma estação do metrô, principalmente porque vê agentes federais saindo do local no carro preto típico. Passa a segui-los, mas, na verdade, os misteriosos ocupantes do carro é que o estavam procurando. Eles o prendem, injetam substâncias estranhas no seu sangue e torturam-no para que confesse suas teorias. Numa das cenas mais impressionantes do filme, Jerry, alucinado e conversando mais do que a boca permitia, consegue fugir mordendo o nariz de seu torturador, mas se fere caindo de uma escada, amarrado numa cadeira de rodas. Ainda zozzo, vai procurar Alice no Tribunal. Lá, apronta a maior confusão e acaba sendo preso e enviado a um hospital para tratar de seus ferimentos. Segue-se uma outra seqüência desvairada: tentam matá-lo, mas ele consegue fugir com a ajuda de Alice. Vão parar no apartamento de Jerry, completamente abarrotado de papéis, arquivos, jornais, livros, onde acontece o seguinte diálogo:

“Alice (lendo o índice do último exemplar de Teoria da Conspiração) — “A conexão Oliver Stone - George Bush”? Oliver Stone?”

Jerry — Claro. Ele é o porta-voz deles. (Alice olha-o incrédula). Acha que alguém com tanta informação e lugar na mídia poderia falar assim na boa? É óbvio que ele só confunde as pessoas. O fato de ele estar vivo diz tudo. Ele deveria estar morto.

Alice — Você tem prova de alguma coisa?

Jerry — Não. Absolutamente. Uma conspiração boa não pode ser provada. Se podemos provar, é porque eles cometeram algum erro. Então...

Alice — Eles?

Jerry — Eles. (Angustiado, passa a mão no rosto).

Alice — Eles quem?

Jerry — Bem, eles... eles... sei lá, por isso se chamam “eles” e... “deles”.

Alice — E onde Jonas se encaixa? (Jonas é o seu torturador e também seu criador, pois Jerry foi cobaia de um projeto da CIA que pegava homens normais e transformava-os em assassinos).

Jerry — Ele é “eles”. É um deles. É um deles, com certeza.

Alice — Eles, deles?

Jerry — Isso.

Alice — Devem ter uma saudação secreta. (Ele esboça uma).

É assim?

Jerry — Sei lá, como vou saber? Não sou um deles, estou só brincando.

Alice — (vendo dezenas de livros de Holden Caulfield) Você é fã de Holden Caulfield?

Jerry — (olha-a muito angustiado) Na verdade, não.

Alice — Só gosta da história?

Jerry — Não particularmente.

Alice — Mas, tem dezenas de cópias.

Jerry — Eu sei, eu sei. Tem mais aqui embaixo. E... debaixo da cama também. Não sei porque mas, quando eu vejo uma, eu tenho que comprar. E se... E se eu não vejo, eu tenho que encontrar, para comprar. Para eu me sentir normal. (Completamente indeciso, quase começa a chorar). Não sei porque. Você já leu?

Alice — Você lê isto na escola.

Jerry — Ninguém me deu um na escola. É assim que eles te pegam. Quando você é pequeno, na escola, eles estereotipam todas as crianças. E aí te condicionam. Eles te colocam num forno e te sufocam. (Chorando).”

Nesse momento, o apartamento começa a ser invadido. “Eles” chegam! Acontece outra seqüência alucinante. Logo depois, no metrô onde aconteceu o acidente, Jerry consegue sistematizar um pouco mais quem são “eles” (e não se assuste caro leitor, é Hollywood!) no seguinte diálogo:

“Jerry — Há muitos grupos e muitas siglas (CIA, FBI, FMI, Serviço Secreto), mas todos fazem parte de duas mesmas facções inimigas.

Alice — Que são...

Jerry — Número um: famílias muito ricas que tentam manter sua estabilidade. Número dois: o complexo militar de Eisenhower que quer manter a instabilidade.

Alice — Então o Grupo Um está em guerra com o Grupo Dois?

Jerry — Em alguns níveis eles são aliados e em outros são inimigos. Guerra Fria, guerra quente. Eles ficam só assistindo ao circo. A última baixa desse fiasco todo foi um dos homens mais ricos do país. Ernest Harriman.”

Então, Jerry conta sua última teoria sobre a morte desse sujeito. Ele não teria se afogado como foi noticiado, mas teria sido afogado na estação do metrô que fica exatamente em baixo do seu prédio, que foi inundada no dia do acidente. No meio de toda essa paranóia, Jerry acaba dizendo que ama Alice:

“Alice (assustada) — o que?

Jerry — Eu decido te ligar umas mil vezes por dia, para te perguntar se quer casar comigo, de um modo antiquado. Tudo que você faz é mágico.

Alice — Isso é uma letra de música.

Jerry — eu sei disso. Estou nervoso... Falei a primeira coisa que me veio à cabeça. Sei que é uma letra de música. Mas sei como me sinto.

Alice — Você está confuso. Foi um dia difícil.

Jerry — Não estou confuso. Você não queria saber daquela pintura? (Refere-se a um enorme retrato de Alice a cavalo que estava na parede de seu apartamento). Como foi possível...

Alice — não devemos falar disso.

Jerry — devemos. É gerônimo. É amor. O amor te dá intuição, te faz ver coisas que geralmente... eu só sei que te amo desde o dia em que te vi.

Alice — você me ama?

Jerry — claro que amo. Não amo?

Alice — não.

Jerry (indeciso, não sabe o que fazer) — Eu achei... que... é que eu achei... eu pensei...”

Neste momento, como havia prometido, deixo o filme seguir e o leitor curioso por seu fim, e volto ao trabalho. Aparentemente, a concepção de agência utilizada por Jerry é muito mais estruturalmente determinada que qualquer uma que estabelecemos. Mesmo em Althusser, não existem pessoas maquiavélicas que passam sua vida a controlar e manipular outras vidas que lhe são submissas, pois é a estrutura das relações de produção que determina lugares e funções que são ocupados e assumidos pelos agentes na produção. Na sua declaração de amor, ou seja, no único momento que parece acreditar que também pode ser sujeito como as outras pessoas normais, acaba se convencendo que estava errado, que a verdade encontrasse com Alice, para quem ele não está apaixonado.

Mas fazendo uma análise mais cuidadosa do filme inteiro, a concepção de Jerry é mais complexa do que aparenta, aproximando-se da concepção presente na Teoria da Estruturação de Giddens. Jerry monitora reflexivamente e compulsivamente seu comportamento, o dos outros e o cenário. O exemplo mais evidente disso são as cenas em que ele entra em seu apartamento, pois, como sempre imaginava que estava sendo seguido, procurava mudar o percurso a cada entrada e saída, deixando sinais e “alarmes” que o informassem quando alguém tentasse entrar no seu apartamento. Além disso, no decorrer do filme vai aumentando a consciência discursiva sobre os eventos que acontecem.

Mas a aparência de que ele “seguiria” a concepção althusseriana não é gratuita. No período em que foi cobaia do projeto secreto da CIA, foi programado para encarar o mundo através da concepção estruturalista e, dessa forma, pensar que sua vida é estruturada por “cles”, que não lhe resta um mínimo de autonomia. Jerry foi programado para matar o pai de Alice, um juiz que estava ameaçando os projetos escusos de Jonas. Mas se apaixonou por ela, imprevisto que mudou sua sina e o roteiro a que estava preso pelas regras de Jonas, de forma que passou a proteger o pai de Alice. Entretanto, Jerry não podia controlar tudo, pois existem conseqüências impremeditadas e o pai de Alice acabou sendo assassinado.

Assim, Jerry mostra-se muito consciente do que lhe acontece, embora não tivesse acesso a muitas informações de sua vida, devido às barreiras “inconscientes” da experiência de que foi cobaia.

É interessante a ênfase que é dada ao amor na história. O amor por Alice libertou Jerry de sua sina de assassino. Assim é o amor faz ver coisas, e não a verdade que liberta, como é sugerido pelos agentes da CIA e companhia. Por isso, Jerry fica tão perdido quando se declara a Alice e ela coloca em dúvida esse amor. O amor por Alice era a sua única certeza, o ponto de plena consciência na sua mente “perturbada”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como o velho diabo Milton, montei o cenário para o agora exausto leitor seguir, por páginas e páginas, um panorama de concepções sobre a agência humana, apostando em seu livre-arbítrio sobre minha argumentação, pois antecipadamente já tinha me confessado parcial com as teorias da ação. Além de minha confissão, tal parcialidade estava mais ou menos implícita na própria escolha do conceito de agência para “estruturar” o texto, bem como na escolha dos autores e no estereótipo da posição estruturalista. Ao dar a palavra a Thompson e Giddens, bem como na escolha dos filmes, permaneci na dimensão micro, destacando o ponto de vista dos atores envolvidos. Mas ao exercer sua “agência” na leitura, obviamente o leitor logo percebeu tudo isso e pôde ir fazendo seus julgamentos.

Entro nas considerações finais com algumas expectativas. Espero que o leitor tenha sentido um certo alívio ao chegar na última seção. Alívio por dois motivos. Primeiro, por sentir que a parte mais densa do texto já teria passado. Mas também por perceber, como mostra o texto de Alexander, que aprendemos muito uns com os outros. Explico-me melhor. A impressão, que tive durante minha formação, é que na sociologia cada

cowboy-autor atira para um lado, ou atira para o lado de outro cowboy sem feri-lo ou se ferir. Alexander, como outros autores, consegue dar uma ordem a esse tiroteio, mostrando que alguns cowboys vêm da mesma escola de tiro, e que as escolas mantêm relações estreitas entre si de cooperação na competição. Assim, existe um certo progresso no movimento da sociologia, uns aprendendo com os erros e acertos dos outros.

Thompson e Giddens guardam algumas diferenças em seus escritos, inicialmente por serem o primeiro um historiador e o outro um sociólogo. Thompson procura articulações entre ação e estrutura, mas sem esmiuçar e sem pretender fazer síntese das duas. Já Giddens, lança-se desde o começo na tarefa de articular minuciosamente e sintetizar a ação e a estrutura. No entanto, ambos têm concepções sobre a estrutura e a agência que, no fundo, assemelham-se. Para ambos, a estrutura é tanto coercitiva quanto facilitadora, por exemplo. Giddens procura trabalhar de forma mais complexa detalhando todos os elementos que Thompson acredita serem óbvios. Assim, Giddens vai falar em cognoscitividade, poder, posicionamento dos agentes no tempo e espaço e no plano relacional, rotinização, reflexividade, conseqüências impremeditadas da ação etc. Enquanto para Thompson a História significa “práticas humanas sem mestre”, para Giddens significa “a temporalidade de práticas humanas, modelando e sendo modelada por propriedades estruturais, dentro das quais diversas formas de poder são incorporadas” (Giddens, 1989, p.179).

Espero o leitor tenha percebido que há divergências claras entre os autores, para além da forma de articular ação e estrutura. Isto é, no ponto de partida de cada autor sobre qual é o papel da teoria. As duas críticas a Thompson que recuperei de Anderson e Giddens são parcialmente válidas se levarmos em conta como Thompson enxergava o que a teoria deve ser. Ele não dissecou o conceito de experiência porque esta não era uma preocupação sua. Para ele, os conceitos devem ser historicamente situados. Mas devem funcionar como instrumentos (conceitos heurísticos) de forma a também iluminar situações semelhantes de outras épocas.

Isso é claro em seu polêmico texto *A sociedade inglesa do século XVIII: luta de classes sem classes?*(1989). O conceito de classes foi elaborado a partir da situação dos operários das fábricas do século XIX, mas pode se prestar à análise de outras situações. Já em Giddens os conceitos são definidos à exaustão e devem ter um escopo muito mais amplo, pois sua pretensão é fazer uma teoria geral, isto é, “sem referência a problemas empíricos particulares ou a domínios específicos” (Alexander, 1987, p.5).

Espero também que eu tenha conseguido mostrar que além de os agentes históricos serem teóricos leigos, ou seja, terem uma teoria implícita, também há um retorno da teoria social nas suas atividades cotidianas, e que o lugar da teoria é muito mais complexo do que imaginamos normalmente. Assim, os operários ingleses do início do século XIX chamavam-se classe operária e depois passaram a utilizar a teoria das classes sociais nas suas batalhas classistas. Por fim, espero ter feito um bom exercício com os filmes e, assim, convencido o leitor da relevância de se utilizar filmes como ferramenta didática no ensino de Ciências Sociais.

**ABSTRACT:** In this text, I try to make a theoretical exercise about some conceptions of human agency, relating them to the discussion on the relationship between action and structure. This is carried out through the same scheme used by Alexander to understand the sociological theory movement in this century. As a first step, I discuss the conceptions of Althusser, E. P. Thompson and Giddens, which are subsequently brought near to the conceptions of some “lay theorists” by using characters of *Devil's advocate* and *Conspiracy Theory*. In this way, following the theoretical exercise, I use some cinematography objects as a didactic tool in the comprehension and discussion of sociological theories.

**KEYWORDS:** Sociological theory, human agency, relation between action and structure, movies.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, Jeffrey. O novo movimento teórico. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n.4, v.2, p.5-28, 1987.

*Temáticas*, Campinas, 8(15/16):39-70, jan./dez. 2000

- GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989. (Ensino Superior).
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. 7ed. Petrópolis: Vozes, 1996. (col. Antropologia, v.8).
- \_\_\_\_\_. *Frame Analysis: an essay on the organization of experience*. New York: Harper Colophon, 1974.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Escriba, 1968.
- POMPEU, Renato. O Futebol: crítica da economia política. In: *A saída do primeiro tempo*. São Paulo : Alfa-Omega, 1978. p.93-167.
- PRADO JÚNIOR, Caio. O Marxismo de Louis Althusser. In: *O estruturalismo de Levi-Strauss, O Marxismo de Louis Althusser*. São Paulo: Brasiliense, 1971. p.71-108.
- THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- THOMPSON, Edward P. La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿Lucha de clases sin clases? In: *Tradiccion, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. 3 ed. Barcelona: Crítica, 1989.